

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 272ª Reunião Ordinária
26 de fevereiro de 2026

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na sede da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária os membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a presidência do Conselheiro Itamar Francisco Teixeira, realizando sua 272ª (ducentésimo septuagésimo segunda) Sessão Ordinária com a presença do pleno. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Barbosa (SESA), Fabio Benezath Chaves (SESA), Terezinha do Carmo Alves Bolzani (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Marília Santos Ribeiro (FEHOFES), Rogério Simões Griffó (FEHOFES), Lorena Nunes Loureiro Custódio (SIMES), Alexandre Coutinho Sattler (SINFES), Iara Oliveira dos Santos (SINDIENFERMEIROS), Itamar Francisco Teixeira (SINODONTO), George Nunes Bueno (SINODONTO), Maria Rita de Boni (SINDSAÚDE), Eliana Maria de Souza Machado (SINTUFES), Maria Lúcia Duarte Lopes (CUT), Roziani Pereira (AHES), Wilza Nascimento Vidal (JUNTOS+), Ariane Silva Carvalho (UNEGRO), João Carlos Santos (SINDNAPI), Antônio Carlos Nogueira do Nascimento (SINDNAPI), Vera Lúcia Pereira Pião (SINDIUPES), Elci Lobão Medeiro (ASSOPAES), Maria Lúcia Duarte Lopes (CUT), Maria Aparecida Alves Souza (UBM), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Antônia Genecy Teixeira de Oliveira (MINTRA), Rayane Carvalho Santos (AITG). **Faltas justificadas:** Alessandra Baptista Lyrio (SESA), Karla Francine Moreira de Jesus da Costa (JUNTOS+), Andrey Alvarenga Duarte (SINDPSI), Denise Mara Ramaldes Pedrosa (COSEMS), Antônio Pereira (CUT), Flávia Rodrigues Maciel (FASMA), Marília Coser Mansour (Ministério da Saúde), Denice Silva Gonçalves (UBM). **Pauta: 1- Informes Tempo: 10 min Relatoria: Maria Aparecida Alves – Secretária Geral da Mesa Diretora; 2 - Aprovação – ATA da 271ª RO e da 102ª RE; Tempo: 10 min Relatoria: Itamar Francisco Teixeira – Presidente do CES; 3 – Apresentação e Aprovação: Calendário Anual RO e Comissões Tempo: 15 min Relatoria: Itamar Francisco Teixeira – Presidente do CES; 4 – Indicação e Apresentação – Indicação de representante para compor o Comitê de Equidade no Âmbito do Trabalho e da Educação do SUS Tempo: 10 min Relatoria: Maria Aparecida Alves; 5 - Indicação e Aprovação: Indicação de Substituição da Coordenação de Plenária Tempo: 10 min Relatoria: Maria Aparecida; 6- Aprovação: 18ª Conferência Nacional de Saúde – Brasil das Brasileiras e dos Brasileiros: SUS e Soberania – Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil Tempo: 10 min Relatoria: Secretária Executiva; 7 – Aprovação: Criar Comissão para Acompanhar os Recursos do Plano de Ação do Rio Doce Tempo: 15 min Relatoria: Itamar Francisco – Presidente do CES; 8 – Relato das Comissões Tempo: 15 min Relatoria: Coordenadores das Comissões e Comitês.** A vice Presidenta Maria Rita de Boni saudou os presentes e leu brevemente a pauta da reunião, ela informou que haviam algumas solicitações de inclusão de pauta: uma apresentação da vigilância epidemiológica a respeito da Mpox, informe sobre medicamentos em falta na Farmácia Cidadã, resposta do ofício referente à Portaria Nº 065-R, o encontro estadual preparatório para a 18ª Conferência de Saúde e a Conferência Interestadual de Minas Gerais e Espírito Santo. Também foi solicitada a inversão do ponto 4. As inclusões e inversões foram votadas e aprovadas pelo pleno. **Ponto 1 – Informes:** A Secretária-Geral da Mesa Diretora, Maria Aparecida Alves, desejou boa tarde aos presentes e iniciou os informes. Ela comunicou que os documentos referentes à regulamentação da

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 272ª Reunião Ordinária
26 de fevereiro de 2026

Comissão de Acompanhamento do Conselho Gestor havia sido encaminhados para a PGE e estavam sendo analisados. Havia sido feita uma visita ao Conselho Municipal de Colatina para reunir-se com os Conselheiros do município e compreender a abertura de processo judicial aberto pelo Ministério de Saúde e Secretário de Saúde municipal contra os Conselheiros. Os Conselheiros estaduais orientaram os Conselheiros municipais e estavam organizando uma Comissão para acompanhar o processo. Seguindo nos informes, ela comunicou que não havia obrigatoriedade expressa em regimento quanto à transmissão das Reuniões Ordinárias no YouTube, sendo assim, a gravação tinha como objetivo somente auxiliar na construção das atas. A Secretária-Geral também comunicou que o Conselheiro Wellington Barros estava sendo substituído pois iria assumir um cargo público. Ela pautou os questionamentos referentes à falta de comunicação entre a Mesa Diretora e o pleno e explicou que a Mesa Diretora filtra as demandas, contudo tudo que é de extrema emergência ou necessidade de comunicação com o pleno é enviado aos Conselheiros. Apesar dos informes não serem abertos a debate, o Conselheiro Antônio Carlos assumiu o microfone e expressou sua discordância ao envio do documento do Conselho Gestor para a PGE. **Ponto 2 – Aprovação – Ata da 271º RO da 102ª RE:** A vice Presidenta Maria Rita de Boni colocou em votação as atas das reuniões realizadas em dezembro, que foram aprovadas pelo pleno. **Ponto 3 – Apresentação – sobre a situação do vírus Mpox:** A palavra foi dada para Elaine Soares da Silva, enfermeira e trabalhadora do setor, núcleo especial de vigilância epidemiológica. Ela saudou os presentes e informou que haviam pedido para trazerem dados de hipótese quanto à situação do vírus no Espírito Santo. Elaine inteirou que desde 2022 os casos de Mpox vinham sendo notificados, contudo a transmissão se dá por contato direto com feridas da doença, objetos contaminados ou fluídos corporais de alguém infectado. Sendo assim, a doença estava sendo tratada como IST tendo em vista que o contato íntimo é um meio de transmissão. Ela inteirou que o tratamento era somente para suporte, não havendo medicações específicas no combate da Mpox. Nos casos de contato de médio a alto grau, deve-se buscar a vacina em até 4 dias. Apesar da monitoração, somente 1 caso foi confirmado no Espírito Santo. Ela explicou que boletins semanais são lançados comunicando o avanço da doença, mas que a situação está controlada. Ao fim da apresentação, Elaine abriu para perguntas e a Conselheira Antônia Genecy questionou se tiveram casos de óbito, o que foi negado. A Conselheira Maria Aparecida perguntou se estava sendo feita alguma bilateral entre Espírito Santo e São Paulo, que teve casos confirmados da outra cepa da doença. A enfermeira Elaine explicou que por se tratar de um único caso de uma cepa diferente e o paciente ter sido infectado provavelmente com pessoas que viajaram ao continente africano e ali foram infectadas, não havia necessidade de bilaterais. A Conselheira Maria Aparecida agradeceu a participação. **Ponto 4 – Indicação e Aprovação: Indicação de Substituição da Coordenação de Plenária:** Conforme a inversão de pauta aprovada pelo pleno, a Secretária-Geral avançou no ponto 4 e explicou que a substituição da Coordenação de Plenária se justificava pela saída da Conselheira Andreia por motivos profissionais. Maria Aparecida explicou que havia 1 vaga para suplente. O Conselheiro Antônio Carlos sugeriu que não fizessem votação novamente, mas colocassem o terceiro suplente (João Carlos) no lugar. A Secretária-Geral colocou a sugestão em votação, que foi aprovada. **Ponto 5 – Apresentação e Aprovação: Calendário Anual RO e Comissões:** A Secretária Executiva Roberta Rovetta saudou os presentes e comunicou que os calendários

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 272ª Reunião Ordinária
26 de fevereiro de 2026

havia sido encaminhados por e-mail, as datas haviam sido mantidas na mesma lógica, apenas adaptando para os dias do ano de 2026. A Secretária-Geral colocou a Mesa Diretora à disposição para se estudar alguma mudança no Regimento quanto à obrigatoriedade das reuniões mensais das Comissões. O Conselheiro Antônio Carlos pediu que fosse verificado a quantidade de membros nas comissões e a paridade.

Ponto 6 – Indicação e Apresentação – Indicação de representante para compor o Comitê de Equidade no Âmbito do Trabalho e da Educação do SUS:

A Conselheira Maria Aparecida Alves informou que haviam duas vagas para compor o Comitê de Equidade no Âmbito do Trabalho e da Educação do SUS com reuniões 1 vez por mês. As Conselheiras Maria Lúcia e Elci se candidataram às vagas, recebendo aprovação dos presentes.

Ponto 8 – Aprovação: 18ª Conferência Nacional de Saúde – Brasil das Brasileiras e dos Brasileiros: SUS e Soberania – Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil:

A Secretária Executiva do Conselho explicou que para o ano de 2026 estava prevista somente as etapas municipais da Conferência, com prazo de realização se iniciando em 16 de março e indo até 4 de julho. Já as etapas regionais, estaduais e nacional seriam realizadas no primeiro semestre de 2027. Roberta informou que a comunicação para realização das etapas municipais já estava sendo feita, mas o CNS ainda não havia enviado nenhum documento orientador.

Ponto 9 – Apresentação – Encontro preparatório 18ª Conferência de Saúde:

Aproveitando o momento, a Secretária explicou que em 24 de março de 2026 seria realizado um encontro preparatório em parceria com o CNS e o Ministério da Saúde, com participação do estado e das secretarias de saúde municipais. Roberta pediu a participação de todos os Conselheiros. O local ainda estava para ser definido, mas seria na Grande Vitória e com alimentação custeada pelo CNS. A Secretária Executiva pautou que a missão do estado e dos Conselheiros era divulgar o encontro para os municípios e fortalecer a participação. Ao fim da fala, Roberta acrescentou que neste encontro também começariam as mobilizações para o Dia mundial da Saúde (7 de abril). A Conselheira Eliane perguntou se os Conselheiros estaduais teriam direito à participação pois a mesma afirmou que estava vendo somente uma “panelinha” participando de eventos e viagens. A Secretária-Geral Maria Aparecida afirmou que era uma falta de respeito proceder daquela maneira pois as viagens que ela se referia foram organizadas a partir de convites exclusivos para a Comitê Intersectorial de Comunicação e Informação em Saúde, Recursos Humanos e Educação Permanente e somente os integrantes da referida Comissão que foram às viagens. Ela afirmou que ninguém estava ali para digladiar os outros Conselheiros, mas sim para lutar pelo SUS. A Conselheira Roziani afirmou que todos os canais de comunicação já haviam divulgado que o encontro no dia 24 março era para os Conselheiros. Ela também frisou que o convite de viagens havia sido somente para membros da Comissão. O Conselheiro Cristiano reiterou que, devido ao ano eleitoral, as etapas regionais, estaduais e nacional seriam realizadas em 2027 e frisou a necessidade de mobilização dos municípios. O Conselheiro Antônio Carlos concordou que, se o convite é para determinada comissão, cabe a mesma indicar quem vai. Contudo, ele pediu que tais convites fossem repassados o pleno apenas para conhecimento, ao fim da fala também reconheceu a importância do Encontro preparatório para a mobilização dos municípios. A Conselheira Eliane fez coro à fala de Antônio Carlos e pediu desculpas à Mesa, que foram aceitas.

Ponto 10 – Aprovação: Criar Comissão para Acompanhar os Recursos do Plano de Ação do Rio Doce:

A Secretária-Geral informou que havia sido feita uma comunicação com os Conselheiros

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 272ª Reunião Ordinária
26 de fevereiro de 2026

do estado de Minas Gerais e ambos chegaram ao consenso de criar uma Comissão entre os dois estados afetados pelo rompimento da barragem. Como Minas Gerais teve um maior número de municípios atingidos, estavam planejando realizar um seminário ou conferência para discutir os planos de ação no estado junto com participantes do Espírito Santo. Ambos os estados criariam uma Comissão para organizar e debater ações. Antônio Carlos sugeriu que membros da CIOF fossem indicados para a ação de forma que pudessem acompanhar o investimento destinado à recuperação do Rio Doce. Maria Aparecida pediu que os interessados em compor a Comissão se manifestassem. Eliane, Maria Lúcia, Rogério, Itamar, Antônio Carlos, Alexandre, Rayane, Roziani, Antônio Genecy e Maria Aparecida se candidataram. O Presidente Itamar reiterou que a Conferência seria interestadual e financiada pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de acompanhar a implementação do plano de recuperação da bacia do Rio Doce. A formação da Comissão e a organização da Conferência foram aprovadas pelo pleno.

Ponto 11 – Apresentação – Parecer da GEAF a respeito da falta de medicamentos:

A Conselheira Roziani informou que a Conselheira Karla havia repassado a falta de fórmulas usadas por pessoas diagnosticadas com TEA nas Farmácias Cidadãs. Ela frisou que essas denúncias sempre devem ser institucionalizadas e feitas por canais formais de comunicação, após tais procedimentos, foi encaminhado o ofício pedindo explicações da Gerência de Assistência Farmacêutica. Além disso, Roziani e Maria Aparecida foram pessoalmente até os responsáveis em busca de um parecer. Foi explicado que as dificuldades com o fornecedor das fórmulas, contudo, até o presente momento, o estoque já havia sido reabastecido. A Conselheira Wilza pediu a fala e comunicou que a Conselheira Karla havia solicitado às famílias impactadas pela falta de medicação que repassassem a informação ao CES. Ela pediu que entendessem os sofrimento das mães que não teriam a fórmula essencial na alimentação dos filhos. O Conselheiro Antônio Carlos disse que muitos outros medicamentos estão em falta e propôs de convidar a GEAF para dialogar com o pleno, além de frisar que o SUS pode e deve sempre melhorar. A Conselheira Antônio Genecy concordou com a proposta de Antônio Carlos e relatou suas dificuldades com a Farmácia Cidadã. O Presidente Itamar comunicou que a denúncia feita por via WhatsApp não tem validade, devendo ser feita por vias formais. Ele frisou que o CES buscou respostas e conseguiu, não sendo inerte com a situação. O Presidente lembrou ao pleno que, assim como todos os outros, também é Conselheiro e todos tem a função de encaminhar denúncias com o devido cuidado. **Ponto 12 – Indicação de membros para o Comissão do Conselho Fiscal**

da INOVA: A Secretária-geral Maria Aparecida anunciou que a Conselheira Roziani estaria se retirando da Comissão do Conselho Fiscal da INOVA, sendo assim, tornava-se necessário a indicação de um membro substituto. O Conselheiro Antônio Carlos, suplente na referida Comissão, informou que a Comissão era de muita seriedade e necessitava de certa qualificação, além disso, ao entrar como membro, a diretora realizava uma espécie de entrevista com o participante e pedia a apresentação de um diploma de curso superior. A Conselheira Carolina informou que no Regimento da Comissão o pré-requisito de formação superior estava previsto. O Presidente expressou sua insatisfação com tal exigência, entendendo essa norma como restritiva. Ele pontuou que, ao solicitar a representação do CES, a Comissão deve aceitar o perfil de pessoas que compõem o Conselho Estadual de Saúde. O Presidente informou que iria se manifestar contra à isso diretamente com a INOVA. **Ponto 13 – Resposta à Portaria nº 065-R:** a Conselheira Roziani informou que a responsável pela Regulação

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 272ª Reunião Ordinária
26 de fevereiro de 2026

encaminhou um documento ao CES comunicando que o bloqueio de acesso às consultas mediante faltas ainda não tinha sido implementado pois a SESA entendeu a necessidade de implementação prévia de melhorias sistêmicas e procedimentais, de modo a assegurar maior segurança, confiabilidade e justiça operacional na aplicação de tais mecanismos. Um destes melhoramentos envolve o projeto Conectas, responsável pelo envio de mensagens via WhatsApp aos pacientes com consultas agendadas de forma a melhorar a comunicação entre SUS e usuários. O Conselheiro Antônio Carlos pontuou que somente a ANVISA ou o Ministério da Saúde podem criar normativas para o funcionamento do SUS, além de que todas as normativas devem passar pelo Conselho de Saúde antes de serem publicadas. O Conselheiro afirmou que a redução de faltas depende de uma comunicação eficiente com os usuários do SUS e que o pleno deseja a regulação presente para debater a Portaria. A Conselheira Roziani disse que entendeu que a Regulação irá comparecer, mas a resposta chegou às pressas para que fosse apresentado ao menos um parecer e pautou que o setor deve estar no pleno. O Conselheiro Cristiano afirmou não ver problema em trazer a Regulação para prestar esclarecimentos, contudo era necessário entender a logística por trás da distribuição de vagas. Ele afirmou que a regulação de leitos é uma informação pública, sendo esta baseada no perfil de especialidades de cada hospital. Ele frisou que o absenteísmo é um assunto de muita pertinência de se debater no Conselho tendo em vista a quantidade de consultas perdidas que poderiam ser redistribuídas. Apesar da implementação do Conectas, a atualização de dados cadastrais é responsabilidade do município, ou seja, cabe ao município verificar se os números para contato com cada paciente ainda são vigentes. A Conselheira Elci saudou os presentes e pautou que deve se entender o porquê dos pacientes faltarem às consultas, muitas vezes por falta de recursos para possibilitar a locomoção até o local e outras vezes, pela demora do agendamento, muitos usuários recorrem ao sistema de saúde particular. Ela disse que também acontece de mandarem o paciente realizar um tratamento em um hospital distante do município que reside. A Conselheira Lara informou que muitos pacientes tem dificuldade em usar WhatsApp e recorrem a meios presenciais, além da necessidade de reforçar com os municípios a atualização de dados cadastrais de cada paciente. A Conselheira Maria Aparecida frisou a falta de compromisso dos agentes de saúde com os usuários e a necessidade de interligação entre estado e município no sentido de realizar ações sociais. O Presidente informou que as informações no documento não eram oficiais, ou seja, ainda não deveriam ser repassadas aos municípios e deixou encaminhado a solicitação de um documento direcionado ao CES para então ser repassados. **Ponto 14 – Relato das Comissões:** CISMU — A coordenadora não estava presente e decidiram por fazer o relato na próxima reunião. CACG — O Conselheiro Antônio Carlos informou que a Comissão estava se reunindo normalmente conforme o calendário, estavam com somente 12 membros mas poderiam chegar a 16. Ele também informou que já haviam agendado uma reunião com a Mesa Diretora. CISTT — A Conselheira Maria Lúcia disse que haviam se reunido com a CISTT do Conselho Municipal de Saúde da Serra e debateram as dificuldades que estão tendo. Tal iniciativa fazia parte de uma ação de integração com as CISTT's municipais. CISM — A Conselheira Roziani relatou que haviam recebido o informe de Colatina pedindo a orientação do CES, conforme falado nos informes. Além disso, também precisavam pensar nas conferências de forma a fortalecer os Conselhos municipais de saúde, além de melhorar a comunicação e suporte que o CES oferece aos mesmos. CICIRH — A Conselheira Marília informou que

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 272ª Reunião Ordinária
26 de fevereiro de 2026

estava como Coordenadora após a saída do Wellington, ela reiterou que o Seminário sobre a Saúde da População Negra seria realizado em maio e que as oficinas do Participa+ serão no segundo semestre de 2026. Também foi informado que haveriam capacitações para os Conselheiros Estaduais. CIDHPE — A Conselheira Roziani informou que a Comissão havia trabalhado com a fibromialgia naquele mês, buscando entender quais os tratamentos oferecidos pela SESA. CISMVVF — O Conselheiro Alexandre Sattler relatou que a Comissão realizou o Webinário sobre mudanças climáticas e impactos à saúde no mês de janeiro, e que o Ministério Público havia notificado os municípios para a implantação da Defesa Civil. Não havendo mais o que discutir, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Presidente do CES/ES

Itamar Francisco Teixeira